

**A quase ausência do português em *Romances e novelas*  
de Joaquim Norberto Sousa Silva: estratégia ou acaso?**  
**The almost absence of the Portuguese in *Romances e novelas*  
by Joaquim Norberto Sousa Silva: strategy or chance?**

JOSÉ ANTÓNIO CARVALHO DIAS DE ABREU<sup>1</sup>

**Resumo:** Marcando indelevelmente o século literário e cultural de Oitocentos no Brasil, Joaquim Norberto encarnou o espírito romântico e modelar do homem público do seu tempo e assumiu conscientemente o objetivo de participar na construção da nação e de uma nova sociedade. Assim, em *Romances e novelas*, a personagem portuguesa quase inexistente. A sua presença em «As duas órfãs» e «O testamento falso» é estratégica ou casual, servindo meramente para justificar e afirmar a nacionalidade brasileira, ou para a denegrir.

**Palavras-chaves:** Português; literatura; Oitocentos; história.

**Abstract:** Remarkable figure in the nineteenth century's Brazilian literary and cultural scene, Joaquim Norberto incarnated the romantic spirit and was a model of the public man of his time, consciously cooperating in the construction of the nation and the building of a new society. Thus, in *Romances and novels*, the Portuguese character almost doesn't exist. Its presence in «The two orphans» and «The false testament» is strategic or casual, serving merely to justify and affirm the Brazilian nationality, or to denigrate it.

**Keywords:** Portuguese; literature; nineteenth century; history.

==

<sup>1</sup> CLEPUL, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

**ROMANCES**  
E  
**NOVELLAS**

POUR  
*J. Norberto de Souza Silva*

J'en fais pour me céder.  
GRESSET



**NICHTEROY**  
TYPOGRAPHIA FLUMINENSE DE CANDIDO MANTINS LOPES  
Largo Municipal n. 2.  
—  
1852.

Figura 1 – Frontispício de *Romances e novelas*, de Joaquim Norberto Sousa Silva.

O que queremos significar quando dizemos que as obras permanecem ou que regressam, é não apenas que a literatura é um meio de transporte no tempo ou um operador de temporalização e de historização, mas que somos nós que assim a usamos, somos nós que as vamos buscar e as trazemos através dos tempos.  
(Gusmão, 2001: 207-208)

## 1. Considerações iniciais

Juntando a noção à frase feita de que se deve começar pelo início mesmo sem saber muito bem como, é importante recordar a epígrafe horaciana que o próprio Joaquim Norberto escolhe para iniciar *Bosquejo da história da poesia brasileira*, texto que, à guisa de Almeida Garrett, com «Memória ao Conservatório Real», em *Frei Luís de Sousa*, antecipa *Modu-*

*lações poéticas* (1841). A epígrafe, *sententiae*, é «*Est quadam prodire tenus, si non datur ultra*» (Epístola I, 1, v. 32), deixando clara a noção de que, em determinado momento da vida ou de uma tarefa, só podemos avançar até um certo ponto se não soubermos como ir mais além.

É mais ou menos neste ponto que me sinto, sabendo, com humildade, que a nossa produção é sempre limitada, é sempre parcial, mas que pode impelir outros a novas leituras, a novos questionamentos, a novos caminhos de investigação, neste caso sobre alguém que marca de forma indelével o século literário e cultural de Oitocentos no Brasil.

Quase esquecido pela crítica durante muito tempo e, por isso, não valorizado na sua plena e verdadeira dimensão, sobre Joaquim Norberto prevaleceu durante muito tempo a breve avaliação de Sílvio Romero na sua *História da literatura brasileira*, publicada em 1888, a propósito da relevância que ele teve para a construção de uma história e crítica literárias do Brasil: «[...] hoje é impossível escrever a história, principalmente a história litteraria do Brasil, sem recorrer ás publicações d'este laborioso escriptor» (Romero, 1902: 84- 85).

Na esteira de Romero, José Veríssimo considera, de forma simples, que Joaquim Norberto foi, na segunda metade do século XIX, numa «geração de laboriosos homens de letras, [...] um dos mais laboriosos, e a alguns respeitos, um dos melhores e mais úteis deles» (Verís-

simo, 1929: 22), não deixando de referir, contudo, posteriormente, que

não tinha nem o talento, nem a cultura, pois era um fraco autodidata, que presume tamanha e tão variada produção, é ela na máxima parte medíocre ou insignificante. Deste enorme labor apenas se salvam, para bem da sua reputação, os seus vários trabalhos sobre as nossas origens literárias, os seus excelentes estudos sobre os poetas mineiros, a sua grande e boa monografia da Conjuração Mineira e algumas memórias históricas publicadas na *Revista do Instituto*. (Veríssimo, 1929: 23)

Ainda na primeira metade do século xx, Haroldo Paranhos, na *História do Romantismo Brasileiro* (1937), reforça essa ideia de que Joaquim Norberto foi um homem esforçado e rigoroso nas suas investigações:

Quem estudar a história da literatura brasileira terá de encontrar a cada passo o nome de um homem cuja actividade intelectual foi uma das mais admiráveis que o Brasil tem possuído. Este homem operoso e inteligente, foi Joaquim Norberto de Souza e Silva. (Paranhos, 1937: 166)

Não muito depois, também António Candido destaca, em *Formação da literatura brasileira*, não a qualidade literária, mas o labor de Joaquim Norberto, equiparando-o a «um rato de arquivo». Destaca-se na pesquisa e investigação de materiais, textos que publica, e ainda

em alguns estudos e ensaios sobre escritores e obras de autores brasileiros, que publicou em revistas como *Guanabara* e *Popular*, primeiro, e em volumes do Instituto Histórico e Geográfico, depois, trabalhos esses essenciais para elaborar uma história da literatura brasileira (cf. Candido, 1975: 349).

Nas últimas décadas, porém, tem havido um aumento de estudos mais aprofundados sobre a obra de Joaquim Norberto, destacando-se, entre outros, José Américo Miranda, Maria Eunice Moreira, Regina Zilberman, Maria Cecília Boechat, Roberto Acízelo Quelha de Sousa, Janaína Senna, e Marcelo Freddi Lotufo.

Duma forma breve, Américo Miranda, Maria Eunice Moreira e Janaina Senna coincidem na análise de que Joaquim Norberto é uma figura relevante não apenas no seu tempo, mas também no futuro, tendo possibilitado a concretização de projetos seus e de outrem relacionados com a divulgação, a crítica, e a historiografia literárias do Brasil. Obras como *Marília de Dirceu* (1862), de Tomás António Gonzaga, *Obras poéticas* (1864), de Silva Alvarenga, *Obras poéticas* (1865), de Alvarenga Peixoto, *Poesias* (1870), de Gonçalves Dias, *Obras* (1873), de Álvares de Azevedo, *Obras poéticas* (1876), de Laurindo Rabelo, e *Obras completas* (1877), de Casimiro de Abreu, entre outras, foram editadas por si com o rigor possível para a época.

Dele, sobre a crítica literária, afirma Roberto Acízelo que

Assim, não obstante restrições que se possam fazer ao embasamento conceitual de sua produção nas áreas em causa, é inegável que praticou a crítica como estudo analítico e minucioso, e não como resenha ligeira ou emissão de opiniões impressionistas, e que concebeu a edição literária como intervenção ordenadora e interpretativa, e não como mera republicação mecânica de materiais impressos ou manuscritos. (Sousa, 2009: 23)

Reforçando um sentido precursor que hoje se começa a reconhecer efetivamente em Joaquim Norberto, Maria Eunice Moreira sublinha que, após a entrada em funções na Secretaria do Império, e depois no Instituto Histórico e Geográfico, a sua veia investigadora aumentou exponencialmente, ganhando os seus objetivos de afirmação nacional um novo impulso:

A descoberta e a preocupação com seu relato ratificam o interesse do pesquisador pelo material referente à memória cultural do Brasil. A partir daí, Joaquim Norberto define a direção de suas duas linhas de estudo preferenciais: de um lado, a busca, o registro e a interpretação de fatos da história do Brasil; de outro, a pesquisa, a escrita e a proposição da história da literatura do Brasil. (Moreira, 2003: 142)

Janaína Senna, no mesmo sentido, reforça que ele «por um lado tentou fazer uma história da literatura brasileira, mais de 30 anos antes

da primeira que foi efetivamente publicada» (Senna, 2008: 400).

Parece indesmentível que Joaquim Norberto teve, nas palavras de Américo Miranda, um papel fundamental no «processo de nomeação e identificação da literatura brasileira» tendo «visto com clareza e avaliado com alto grau de sensibilidade, tanta sensibilidade quanta inteligência, o objeto de que se tratava» (Miranda, 2001: 144).

No *Bosquejo*, o propósito de Joaquim Norberto já fora enunciado e de modo bem explícito:

Como crítico, somos independentes, julgamos em nossa consciência; elogiamos, censuramos ou desprezamos os poetas e suas obras segundo o mérito d'estas e a capacidade daquelles. E de mais apontando os representantes das diversas phases, que offerece a historia de nossa poesia, temos cumprido com nossa obrigação, preenchido o fim a que nos propozemos: o esboçar essas phases, a que chamamos epochas. (Silva, 1841: 10)

Na verdade, pode-se dizer que Joaquim Norberto é uma figura incontornável quando estudamos o Brasil do século XIX. Ele não foi apenas o jornalista que publicou na *Minerva Brasiliense*, que fez parte da direção e da redação das revistas *Guanabara* (1849-1856), *Popular* (1859-1862) e *Instituto Histórico e Geográfico* (1841-1891), ou o escritor de textos poéticos (*Flores entre espinhos*), dramáticos (*Amador Bueno* ou *A fidelidade paulistana*),

e narrativos (*Romances e novelas*). Ele foi também ensaísta, investigador, editor, crítico literário e, não menos importante, procurou fazer história, criar um objeto não apenas conceitual, mas concreto, que fosse estudado. Por outras palavras, nomeou um objeto de estudo, a existência de uma literatura e de uma história brasileiras, envidando esforços reais na sua investigação de modo a estabelecer uma identidade e uma individualidade pátrias que as afastassem da ex-metrópole.

Ele claramente encarnou o espírito romântico e modelar do homem público oitocentista, baseado nos conceitos da liberdade e do nacionalismo, e assumiu conscientemente o objetivo de participar na construção da nação e de uma nova sociedade, conciliando a tentativa de autonomia literária com a própria conceção e definição da nacionalidade.

Assim, os múltiplos textos de Joaquim Norberto inserem-se no conjunto daqueles textos românticos e artigos publicados na imprensa que contribuíram decisivamente quer para a formação da mentalidade dos brasileiros, quer para a organização e estruturação de um país muito diverso que despontava após 300 anos como colónia portuguesa.

Se, ao que foi explanado, acrescentarmos o que Anne-Marie Thiesse, em *A criação das identidades nacionais*, apologiza sobre as origens de uma nação, fica-se com uma ideia ainda mais clara sobre o papel que um escritor pode

ter na afirmação da sua nacionalidade e na modelação cultural, social, política e ideológica da sociedade brasileira de Oitocentos. Para Thiesse, as origens de uma nação «não se perdem na noite dos tempos, nos períodos obscuros e heroicos descritos nos primeiros capítulos das histórias nacionais». Uma nação, segundo a mesma investigadora, apenas surge no «momento em que um punhado de indivíduos declara a sua existência e pretende prová-lo» (Thiesse, 2000: 156).

Percebe-se assim que, com uma intenção nacionalista, Joaquim Norberto, que ocupou diversos cargos públicos, entre eles a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), após 1887, tentasse construir referências e uma história do Brasil e para o Brasil, passando pela publicação, entre outras, de: *História Brasílica* (que primeiramente saiu na *Revista Popular*, em 1860, com o título «Considerações Gerais Sobre a História Brasileira»); *História do Brasil*, em verso, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*; *Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro*, de 1856; *Investigações sobre o recenseamento da população geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje*, 1870; e, finalmente, *História da Conjuração Mineira*, 1873.

É precisamente esta vertente histórica de natureza nacionalista que nos permite fazer

a ligação com *Romances e novelas*<sup>2</sup>, nomeadamente com «As duas órfãs». Esse constitui, pois, o eixo do projeto internacional «Portugueses de Papel: personagens portuguesas da ficção brasileira», do CLEPUL.

## **2. A quase ausência do português em *Romances e novelas*: estratégia ou acaso?**

A nossa questão prende-se com a tentativa de tentar explicar e demonstrar como a presença ou a ausência de personagens portuguesas em *Romances e novelas* é indicadora ou não desse fervor nacionalista, ou, por outras palavras, se a inserção de personagens portuguesas na ação é estratégica ou meramente casual.

Se pensarmos como Heloisa Toller Gomes, que vê no escritor brasileiro a consciência de que o seu discurso literário, não sendo apenas um divertimento, «concretiza, resume, sintetiza, organiza» (Gomes, 1981: 33), naturalmente que a presença ou não de portugueses nos textos de Joaquim Norberto não é acidental, mas pensada<sup>3</sup>.

==

<sup>2</sup> Como diz o próprio autor na Introdução de *Romances e novelas*, os textos que integram a obra «se achavam dispersos por varios jornaes de ephemera existencia e limitada circulação» (Silva, 1852: VIII). Esta coletânea, que não teve êxito continuado, existe também em versão digital, na Biblioteca Brasileira de Guita e José Mindlin e dela se fez, em 2002, uma nova edição, pela Landy Editora, de São Paulo.

<sup>3</sup> A escrita de Norberto persegue, na verdade, outros objetivos que não apenas os do entretenimento ou da mera elaboração literária romântica que pretende agradar a um determinado público burguês que se deleitava com os romances de folhetim

Publicado em 1852, *Romances e novelas*, que inclui quatro textos, «Maria ou vinte anos depois» (1844), «Januário Garcia ou As sete orelhas», «As duas órfãs» (inicialmente publicada em 1841) e «O testamento falso», apresenta cenários diferentes quanto à presença de personagens portuguesas.

Se, por um lado, «Maria ou vinte anos depois» e «Januário Garcia ou As sete orelhas» revelam a ausência de qualquer português, referindo-se apenas no início deste último texto que a casa de Januário está ornamentada à portuguesa, por outro lado, «As duas órfãs» e «O testamento falso» apresentam explicitamente personagens portuguesas, ainda que de forma diversa e num número muito reduzido.

## **3. A construção do conceito de pátria em «As duas órfãs»**

«As duas órfãs» é apresentado como romance, cuja ação se desenvolve no século XVII, em Pernambuco, incluindo dois relatos distintos, mas que se entrecruzam e interagem harmoniosamente: a luta do exército «luso-hespano-brasílico» – designação utilizada pelo autor – com os holandeses e o drama amoroso vivenciado por Dinis, filho de Afonso Gonçalves, e pelas órfãs Mariana e Isabel.

Ocorrendo ao mesmo tempo que as guerras contra os holandeses e marcada por um teor

==

franceses e a produção de Joaquim Manuel de Macedo, de que são exemplo *A moreninha*, de 1844, e *O moço loiro*, de 1845.

romântico, esta história, de fim trágico, é relativamente simples. Criadas por Afonso, Mariana e Isabel apaixonam-se por Dinis, que ama Mariana. Sabedora do sentimento de Dinis, Isabel, ciumenta, projeta aproveitar a participação na guerra, em que ambas lutam ao lado de D. Clara Camarão, para matar Mariana e assim ficar com o homem que ama. No entanto, Isabel é ferida em combate e, ironicamente, é Mariana quem a salva. Depois da convalescença, de um pedido de desculpas, e de mais algumas peripécias, Isabel, sabendo do futuro casamento entre Mariana e Dinis, engendra um novo plano: forja um bilhete em que Dinis lhe declara o seu amor. Lido por Mariana, o texto precipita o desenlace catastrófico. Esta, convencida da traição do amado, comete suicídio. Dinis, por seu lado, adensando a tragicidade, depois de saber o que Isabel fizera, mata-a e suicida-se. Em momento algum deste nível de ação se refere explicitamente a nacionalidade de qualquer personagem como portuguesa.

Por sua vez, a narrativa bélica apresenta um momento importante da História brasileira, quando, em 1637, o poderoso exército invasor holandês, comandado por João Maurício de Nassau, mandatado pelas Províncias Unidas — «Pernambuco, Tamaraka, Paraíba, e Rio Grande do Norte» (Silva, 1852: 88) —, se prepara para conquistar o resto do Brasil e submetê-lo ao domínio da Holanda. Em contrapartida, as terras da colônia são defendidas por um exército mesclado de portugueses, espanhóis,

italianos e brasileiros, que se bate galhardamente, ainda que comandado por Bagnuolo, um general italiano ao serviço da Coroa espanhola, insistentemente desenhado como um covarde (cf. Silva, 1852: 89). A narrativa apresenta, pelo que se expôs, figuras históricas relativas ao confronto com os holandeses, de que são exemplo maior Henrique Dias, Filipe Camarão, D. Clara Camarão, e os generais Francisco Dias de Andrada e Duarte de Albuquerque [Coelho], juntamente com personagens fictícias, Afonso Gonçalves, o filho Dinis, Isabel e Mariana.

Parece claro que, apesar de o título apontar para a proeminência do relato ficcional sobre a histórico, o objetivo de Joaquim Norberto não é destacar a tragicidade do amor entre Mariana e Dinis (o drama amoroso está encaixado na narrativa histórica), mas mostrar a coragem e determinação daqueles que lutavam por um Brasil livre dos opressores holandeses. Porém, o conceito de pátria (bem como a referência aos atos patrióticos praticados) que aparece no texto é muito dúbio, porque pode não só referir-se ao lugar onde se nasce, mas também ser um sinónimo de nação. Não se deve esquecer que Portugal estava sob domínio espanhol desde 1580 e que o Brasil, por ser sua colônia (estatuto que se mantém até ao grito do Ipiranga em 1822), estava nas mesmas condições. Por outro lado, o autor não refere a nacionalidade dos protagonistas que lutam por um Brasil livre do opressor holandês. À exceção do general Francisco

Dias de Andrada, português, e de Bagnuolo, italiano, nenhuma outra personagem tem a sua nacionalidade declarada. Assim, o Brasil do século XVII surge livre sob o olhar de um narrador do século XIX que pretende marcar a sua nacionalidade. Nesta perspetiva, o Brasil aparece como uma entidade independente, viva, como a personagem mais importante da narrativa. As personagens, apesar das suas nacionalidades diversas, imbuídas de um sentimento pátrio ambíguo, pugnam denodadamente pelo Brasil, seja ele a sua terra natal, seja o lugar onde vivem, seja ainda aquela terra que foi invadida por soldados de uma coroa ao serviço da qual não estão: «– Viva a fé, viva a liberdade, viva a pátria, que havemos de defender enquanto tivermos vida! Gritou Rabello; e parte do exercito respondeu a seus vivas» (Silva, 1852: 101).

É isso que se percebe claramente quando índios (Filipe e Clara Camarão), africanos (Henrique Dias e os seus soldados), europeus (espanhóis, italianos e portugueses) lutam contra os holandeses:

A indignação apoderou-se de todos os corações que palpitam pelo amor da pátria, da gloria e da honra. Á vista da inacção do general, as mulheres com lagrimas nos olhos, apertando seus innocentes filhinhos contra o peito, enchiam os ares de gritos de desesperação, julgavam-se ja victimas da brutalidade dos soldados holandeses. Os habitantes, o exercito, pediam a altos brados que os deixassem ir ao encontro dos invasores. (Silva, 1852: 86)

O autor projeta, desta maneira, no Brasil-colónia de 1637, a visão independentista e nacionalista que os românticos brasileiros tinham no século XIX, claramente confirmada pela dimensão épica concebida onde atuam os novos heróis do Brasil – D. Clara, Henrique Dias, Filipe Camarão –, cujos feitos precisam de ser registados:

O choque foi terrível.

Tudo tornou-se confusão e horror.

D. Clara, no seu animoso palafrem corria de fileira em fileira, exhortando os seus guerreiros e bradando-lhes continuamente:

– Victoria ou morte!

O Scevola africano, o intrépido Henrique Dias, precedido de seus valentes soldados, pelejava denodadamente.

Camarão com os seus Índios não era menos fatal aos holandeses.

Lanças, espadas, chuças, seitas, o fogo contra o fogo, o ferro contra o ferro, se cruzavam e reuniam horrivelmente, como uma orchestra de raios! E continuas descargas de mosquearia, brados, gemidos e soluços mortaes se mesclavam mais e mais, realçando o horror da guerra! Por toda a parte balas, frechas, sangue, fumo, po, ruina, e em toda a parte a morte! a morte! a morte!

La se destaca do grupo negro dos peledores o terrível Henrique Dias; uma bala varou-lhe o punho, a amputação é o mais prompto remédio, e eil-o que de novo se abalança ao conflicto,

– Basta-me uma mão para servir a Deus, exclama elle, ao rei e á pátria! Á fé de soldado em como cada dedo d'esta que me fica fornecermeha meio para a vingança! Não af-



frouchar, que Deus peleja por nós contra esses hereges. Animo, que a victoria é nossa! (Silva, 1852: 96)

Como refere Américo Miranda pertinentemente:

Na «Introdução» de seu *Bosquejo*, Norberto encarnou, ao pé da letra, o entusiasmo de seu tempo, exaltando-se em tudo o que dizia respeito à pátria. Ele apresenta os naturais do país como superiores aos de todos os outros e se desmancha em elogios aos sucessos de nosso passado histórico e a seus protagonistas. (Miranda, 2001:144)

Sem a visão negativa dos portugueses que Joaquim Norberto transmite, como se verá, em «O testamento falso», através da figura de Manuel Luís de Faria, a novela «As duas órfãs» não dá aos portugueses papel destacado. O único português individualizado e apontado explicitamente como tal é o general Francisco Dias de Andrada, personagem histórica portuguesa que, participando somente no nível de ação correspondente à guerra com os holandeses, surge referido logo no início da narrativa sem qualquer traço físico, destacando-se apenas a sua sensatez, o seu «exemplo da bravura e da intrepidez», o ser «invicto» (Silva, 1852: 97), mas que parece ser apenas caracterizado assim para enfatizar a oposição à estratégia delineada por Bagnuolo, quando este decidiu abandonar Porto Calvo em direção a Madalena (cf. Silva, 1852: 100).

A outra referência à nacionalidade portuguesa aparece quando se refere o papel dos soldados portugueses como valentes e corajosos:

Ahi um punhado de bravos portuguezes guardava a passagem: decididos a resistir novamente, eil-os encarniçados tigres de sobre os hollandezes, que grandes estragos soffreram. [...] O invicto general portuguez Andrada, desprezando as ordens do inerte Bagnuolo, abalou se do reducto a sos com poucos soldados da guarnição a meio dos hollandezes; alentados os nossos com este exemplo de bravura e intrepidez, conseguiram rechaçar os vencedores.

— Victoria! victoria! bradaram os soldados entusiasmados. (Silva, 1852: 97)

Porém, todas essas personagens sofrem um evidente processo de secundarização, pois apenas participam no relato correspondente à guerra com os holandeses e, mesmo neste, o autor prefere configurar, como já se afirmou, mitos de heroicidade e resistência do Brasil, salientando: Henriques Dias e os seus oitenta negros; o «Cipião brasileiro» Filipe Camarão, com a sua mulher, D. Clara (cf. Silva, 1852: 90-1).

Percebe-se, nesta perspectiva, que os «bravos portuguezes», apresentados de forma anónima e coletiva, que guardaram dos holandeses a «passagem» do rio Comendataiuba, em Porto Calvo, não sejam o centro da ação (cf. Silva, 1852: 97). Na realidade, mesmo que determinantes no desfecho da guerra com os holandeses num sentido estritamente histó-

rico, eles são apenas mencionados de forma dispersa e recebem elogios esporádicos.

Ao serviço da estratégia de Joaquim Norberto em relegar para segundo plano o papel dos portugueses na guerra com os holandeses, que é quase um apagamento, percebe-se, por um lado, que o general Duarte de Albuquerque não tenha assinalada a sua nacionalidade na narrativa, ele que é na realidade Duarte de Albuquerque [Coelho], personagem histórica portuguesa, quarto donatário de Pernambuco. Por outro lado, não é despidendo salientar que, embora provavelmente sejam portugueses, não se consegue confirmar a nacionalidade dos capitães Francisco Rebelo, Sebastião Souto, Ascenso da Silva, Manuel de Sousa e Abreu, e João Lopes Barbalho, de D. António Coutinho, do sargento-mor Martim Ferreira da Câmara, do alferes Gaspar Cabral, de Pedro da Cruz e de Cosme Viana.

#### **4. «O testamento falso»: a imagem do português como «lapuz»**

Se «As duas órfãs» evidencia a preocupação de Joaquim Norberto em procurar episódios da História que configurem o Brasil como nação, destacando, por isso, figuras que possam assumir-se como heróis brasileiros, «O testamento falso», com a ação a decorrer em meados da década de 40 do século XIX, apresenta explicitamente somente um português, que surge caracterizado de forma muito negativa. Parece, aliás, que, estrategicamente, como um ator em cima de um palco com a luz incidindo

exclusivamente nele, só aparece assinalado como português para ser zurzido, denegrado.

A ação decorre no Rio de Janeiro e proximidades, num meio burguês, e é dominada por um triângulo amoroso. Amando-se, Margarida (jovem de 14 anos) e Henrique (estudante de Medicina) veem a sua ligação ser dificultada por Manuel Luís de Faria, um «negociante português, estabelecido há poucos anos no paiz», que é desde logo caracterizado como «negreiro, contrabandista, ambicioso de riqueza e ávido de todas as honras creadas pela sociedade» (Silva, 1852: 120).

Com três momentos distintos, demarcados pela divulgação do testamento falso que permitiu ao português tornar-se rico, e pelos casamentos de Margarida, primeiro com Manuel Luís e depois com Henrique, a narrativa inicia-se com um sarau em honra de D. Maria Marcelina, mãe de Margarida.

Nesse momento, que mostra a coexistência da crónica de costumes com a intriga amorosa, surgem as primeiras referências a Manuel Luís, que tudo faz para cortejar Margarida, conquistá-la e convencer seu pai, Anselmo Rodrigues, a conceder-lhe a mão da filha. Margarida, contudo, despreza Manuel Luís, por um lado, por amar Henrique e, por outro, por ver naquele português um ser grosseiro que tem «maneiras rústicas, os modos selvagens» (Silva, 1852: 120), pouco habituado a eventos culturais, por não ter qualquer edu-

cação e etiqueta para conviver socialmente. Tal constata-se desde logo no baile inicial em casa do pai da jovem, no qual Manuel revela o desconhecimento das regras das várias danças e a própria forma de calçar as luvas, provocando por isso a chacota generalizada:

- En avant deux, snr. Manuel Luiz, bradou-lhe o mestre-sala vendo-o parado; e Manuel Luiz poz-se em avant deux quando os outros ja atravessavam, e todos pozeram-se a rir.
- Manuel Luiz, murmurou-lhe Anselmo sacudindo-lhe a aba da casaca.
- O que ha la, que não me deixam hoje com os diabos? (Silva, 1852: 124)

Essa ênfase crítica ao despreparo de Manuel Luís para viver no seio da sociedade, como se fosse uma pessoa estranha e indesejada, ganha novos contornos através dos traços psicológicos e comportamentais que lhe são atribuídos. Apresentado sob um prisma pejorativo, Manuel Luís surge como aquele que, oportunista, não olha a meios para atingir fins, como se pode comprovar com a divulgação do testamento de Lourenço Pinto de Sousa, falsificado de forma inescrupulosa por si, para ser o seu beneficiário.

Com essa herança destinada a Henrique, Manuel Luís, encarnando o papel de vilão, convence Anselmo, oportunista e condescendente, a dar-lhe a mão da filha.

O texto informa, ainda, enfaticamente que o dinheiro de Manuel Luís permite a sua rápida

ascensão social: ele se eleva «de tam humilde e despresível estado ás mais altas condições da sociedade» (Silva, 1852: 136), primeiro obtendo uma comenda e depois um baronato, o do Engenho Queimado (cf. Silva, 1852: 139).

Um ano depois do casamento, todavia, o português fica gravemente enfermo, sofrendo de «uma phthysica pulmonar» (Silva, 1852: 140), conforme o Dr. Silva informa Margarida. Essa doença, irreversível, irá provocar-lhe, em breve, a morte.

Nesse momento percebe-se que ele, fragilizado pela tuberculose, é o supersticioso, o crédulo que acredita nas palavras não apenas do escrivão que premonitoriamente lhe diz que vai pagar o seu crime com a morte, como também nas da mulher, Margarida, que tentava a todo o custo impedir que ele fizesse testamento e atribuísse parte dele a Cecília, sua filha.

Convencido de que vai morrer por castigo divino, o português estabelece passos a cumprir no que lhe resta de vida, demonstrando como pretende dominar as coisas e fazer prevalecer a sua vontade não admitindo a alteridade: um baile para comemorar o baronato; o casamento de Cecília – filha natural de amores seus quando chegou ao Brasil – com Henrique; testamento em favor dela e não só de Margarida. Porém, os seus projetos não são fáceis de concretizar: Henrique, ainda que seduzido pelo dote de 50 contos, só aceita casar com a

moça por amor, o que não existe da parte dele; Cecília, que amava Rafael, foge com ele; Margarida, dissimuladamente terna com o marido, controlava, com a cumplicidade do pai, todos os passos do Barão.

Na parte final do romance, tentando redimir-se, Manuel Luís, envergonhado e à beira da morte, confessa a Frei José de Santa Genoveva os seus crimes:

Sei que morro, ajunctou elle, e n'essa hora solemne não quero levar comigo á sepultura o segredo do meu crime, [...] exponde-lhe tudo; ja me rouqueja a voz e me vae faltando de todo em todo; e além d'isso... a vergonha... balbuciou elle». (Silva, 1852: 202)

Na verdade, numa fase da ação em que parece desenhar-se o castigo ao português, Margarida descobre a existência do testamento original de Lourenço Pinto de Sousa, que Manuel Luís forjara com a ajuda de um tabelião. A descoberta do testamento verdadeiro que atribuía a herança a Henrique, além de repor a legalidade, como que castiga o falsificador com a morte e premeia Margarida e Henrique com o casamento, a riqueza, e os títulos usurpados por Manuel Luís.

Em síntese, através de um enredo dominado pela temática amorosa, Joaquim Norberto consegue, ao estilo de Joaquim Manuel de Macedo, por um lado, retratar um espaço social burguês, urbano, em que pululam estudantes, donzelas casadoiras, comerciantes, senhores

proprietários de fazendas e de escravos, que se encontram e convivem em bailes e festas. Por outro lado, adensando a intriga e dificultando a concretização do amor entre Margarida e Henrique, o autor concebe, sob um ponto de vista muito crítico, uma personagem portuguesa, central na intriga, que consubstancia um conjunto de defeitos que, estrategicamente, têm por fim denegrir a sua imagem, muito ao sabor da tentativa de apoucar o português, antigo colonizador, uma vez que o romance é escrito num momento de afirmação de nacionalidade e que, quase 40 anos depois, numa outra fase da literatura brasileira, aparecerá em romances de Aluísio Azevedo, como *O cortiço*, de 1891, nas figuras de João Romão e de Miranda.

Quase a terminar, podemos afirmar que, se o objetivo era enfatizar o que se entendia como caracteristicamente autóctone e as suas gentes, como poderia Joaquim Norberto apresentar no mesmo plano de igualdade portugueses e brasileiros ou retratar positivamente os portugueses? Como se constata, o português, confirmando a sua quase ausência em *Romances e novelas*, ou não aparece, ou, existindo na ação, serve exclusivamente para justificar ou afirmar a nacionalidade, se for militar, ou para denegrir, caso seja comerciante.

A finalizar, retomando a ideia inicial, nós podemos não saber «por onde começar... Mas é preciso começar!» (Monteiro, 1999: 90), mesmo com hesitações e sem resultados, por vezes,

muito evidentes. Quase me apetece dizer que nada disso me incomoda porque, como afirma o narrador, em *A caverna*, «o princípio é só o princípio» (Saramago, 2000: 71).

## Bibliografia

### *Impressa*

CANDIDO, A. (1975 [1959]). *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. Itatiaia. Belo Horizonte/São Paulo. Vol. 2;

GOMES, H. (1981). *O poder rural na ficção*. Editora Ática. São Paulo;

GUSMÃO, M. (2001). Da literatura enquanto construção histórica. Em: BUESCU, Helena Carvalhão *et alii*, *Floresta encantada – novos caminhos da literatura comparada*. Publicações D. Quixote. Lisboa;

LOTUFO, M.F. (2015). Joaquim Norberto Sousa Silva e Juan Maria Gutiérrez. Crítica literária e política no início do século XIX no Brasil e na Argentina. *Itinerários*. Araraquara. **41** (jul./dez): 259-275;

MIRANDA, J.A. (1997). Apresentação. Em: SILVA, J. N. de S. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. 1.<sup>a</sup> ed. 1841. UFMG, Belo Horizonte. pp. 9-15;

MIRANDA, J.A. e BOECHAT, M.C. (eds.) (2001). *Capítulos de história da literatura brasileira*. UFMG. Belo Horizonte;

MONTEIRO, L. de S. (1999). *Felizmente há luar!* Areal Editores. Lisboa;

MOREIRA, M. E. e ZILBERMAN, R. (orgs.) (1998). *O berço do cânone. Textos fundadores da história da literatura brasileira*. Mercado Aberto. Porto Alegre;

MOREIRA, M.E. (2003). Um rato de arquivo. Joaquim Norberto de Sousa Silva e a história da literatura brasileira. Em: MOREIRA, M. E. (org.).

*Histórias da literatura. Teorias, temas e autores*. Mercado Aberto. Porto Alegre;

MOREIRA, M.E., SOUZA, R.A.Q. e MIRANDA, J.A. (2005). *Crítica reunida (1852-1890)*. Joaquim Norberto de Sousa Silva. Nova Prova. Porto Alegre;

PARANHOS, H. (1937). *História do romantismo no Brasil. 1830-1850*. Cultura Brasileira. São Paulo;

ROMERO, S. (1902 [1888]). *História da literatura brasileira*. Garnier. Rio de Janeiro;

SARAMAGO, J. (2000). *A caverna*, Caminho, Lisboa;

SILVA, J.N. de S. (1841). Bosquejo da história da poesia brasileira. *Modulações poéticas*. Typographia Franceza. Rio de Janeiro;

SILVA, J.N. de S. (2002). As duas órfãs. *Romances e novelas*. Landy Editora. São Paulo;

SOUZA, R.A.Q. (2002). Apresentação. Em: SILVA, J.N. de S. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização e notas de Roberto Acízelo Quelha de Souza. Zé Mário Editor. Rio de Janeiro. pp. 13-31;

SOUZA, R.A.Q. (2009). Joaquim Norberto e sua contribuição à edição de textos e à crítica literária. *Fólio, Revista de Letras*. Edições Uesb. **1/1**: 11-27;

VERÍSSIMO, J. (1929 [1916]). *História da literatura brasileira*. 2.<sup>a</sup> ed. Francisco Alves/Aillaud & Bertrand. Rio de Janeiro/Paris.

### *Digital*

SENNA, J. (2008). Um capítulo à parte. Joaquim Norberto e a escrita da história da literatura brasileira. *Escritos — Revista da Fundação Casa Rui Barbosa*. **2**: 397-414. Acedido em 20 de outubro de 2018, em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB\\_Escritos\\_2\\_18\\_Janaina\\_Senna.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_18_Janaina_Senna.pdf).